

Governo brasileiro faz acordo para reescalonar dívida com a França

por Elaine Lerner
de Brasília

O governo brasileiro concluiu, com êxito, a primeira negociação bilateral com governos credores que assinaram o acordo geral de reescalonamento da dívida oficial, firmado em janeiro passado, no âmbito do Clube de Paris. Na última terça-feira, uma missão de técnicos brasileiros do Ministério da Fazenda e do Banco Central (BC) fechou com o governo francês o pagamento de juros da dívida de US\$ 650 milhões ao custo de captação nas emissões francesas de papéis de primeira linha.

A taxa concessional (um tipo de taxa preferencial, abaixo da do mercado, pelo qual o governo credor negocia seus créditos junto a outros governos) foi estabelecida em 4,05%, segundo fonte categorizada do Ministério da Fazenda. Outra vantagem imediata da negociação concluída com a França — faltam outros treze países signatários do Clube de Paris — é a reabertura de linha de crédito do governo francês.

Técnicos envolvidos nas negociações consideraram “uma vitória” os termos do acordo que permite o pagamento de juros a taxas concessionais. “Abrimos caminho para mantermos o mesmo nível de negociação

com os demais países”, disse a este jornal um dos técnicos.

Nos próximos dias, o BC deverá acertar o início da renegociação com outro país, provavelmente o Canadá.

Representantes daquele país estiveram em Brasília, no mês passado. Agora o governo brasileiro aguarda um posicionamento dos canadenses sobre o nível de taxas de juro a ser fixado sobre o pagamento da dívida reescalonada.

A intenção dos negociadores da dívida externa é concluir esta fase de acertos bilaterais até o próximo dia 31 de julho. “Após o fechamento do primeiro acordo bilateral, foi clara a importância de os países credores em aceitar taxas concessionais, pois na medida em que as taxas de juro não são reduzidas, não temos como efetuar o pagamento”, explicou a mesma fonte do Ministério da Fazenda.

O Brasil está reescalonando em seis anos, com prazo de carência de três anos, a dívida contraída com organismos oficiais de governos credores com vencimentos entre 1º de janeiro de 1985 e 31 de dezembro de 1986. No total, entre juros e principal, o período de consolidação do refinanciamento envolve US\$ 3,9 bilhões.